

CSILatina Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes
ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
CSILatina Arrendamento Mercantil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1



CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A.
CNPJ 05.883.884/0001-93

**Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de
dezembro de 2022 e de 2021**

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	11
4. GERENCIAMENTO DE RISCOS	15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	17
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	18
8. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	20
9. OUTROS CRÉDITOS	21
10. OUTROS VALORES E BENS	22
11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	22
12. BENS DE USO PRÓPRIO E ATIVO INTANGÍVEL	22
13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	23
14. OUTRAS OBRIGAÇÕES	23
15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS	25
16. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO (CSLL)	26
17. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS FEDERAL	27
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	29
20. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILEIA)	30
21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	32
22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	32
23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	32
24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33
25. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	33
26. NORMAS EMITIDAS COM VIGÊNCIA FUTURA	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 103,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 74,5 milhões em 31 de dezembro de 2021). O lucro líquido apresentado no acumulado do exercício foi de R\$ 28,9 milhões (R\$ 25,6 milhões em dezembro de 2021).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$ 696,5 milhões (R\$ 595,3 milhões em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$ 12,1 milhões (R\$ 9,7 milhões em 31 de dezembro de 2021) são representados por disponibilidades, R\$ 59,7 milhões (R\$ 69,6 milhões em 31 de dezembro de 2021) por derivativos e R\$ 523,0 milhões (R\$ 417,4 milhões em 31 de dezembro de 2021) pela carteira de arrendamento, incluindo o imobilizado de arrendamento.

Os passivos somavam R\$ 593,1 milhões (R\$ 520,8 milhões em 31 de dezembro de 2021) e são representados por empréstimos no montante de R\$ 410,5 milhões (R\$ 377,1 milhões em 31 de dezembro de 2021), instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 63,9 milhões (R\$ 60,4 milhões em 31 de dezembro de 2021) e outras obrigações no montante de R\$ 118,6 milhões (R\$ 83,3 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Outras Informações

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa, que pudessem caracterizar a perda de independência do auditor.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Barueri - SP, 30 de março de 2023.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Ativo			
Disponibilidades	5	12.147	9.640
Instrumentos financeiros derivativos	6	59.750	69.611
Instrumentos financeiros derivativos		59.750	69.611
Operações de arrendamento mercantil	7	288.930	193.297
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - Operacional		201.626	191.129
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Operacional		(198.247)	(190.182)
Operações de arrendamento mercantil - Financeiro		285.551	192.350
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(3.824)	(2.116)
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Financeiro		(2.047)	(1.010)
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Operacional		(1.777)	(1.106)
Outros créditos	9	98.219	97.003
Rendas a receber		3.839	3.491
Diversos		88.706	89.696
Ativos fiscais correntes e diferidos		5.674	3.816
Outros valores e bens	10	6.376	3.091
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios		2.251	536
Despesas antecipadas		4.121	2.555
Outros		4	-
Imobilizado de uso	12	595	489
Outras imobilizações de uso		2.897	2.719
(-) Depreciação acumulada		(2.302)	(2.230)
Imobilizado de arrendamento	11	234.087	224.072
Bens arrendados		495.595	467.971
(-) Depreciação acumulada		(261.508)	(243.899)
Intangível	12	240	244
Ativos intangíveis		944	856
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis		(704)	(612)
Total do ativo		696.520	595.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO – Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Passivo			
Obrigações por empréstimos	13	410.519	377.127
Empréstimos no país		342.802	308.512
Empréstimos no exterior		67.717	68.615
Instrumentos financeiros derivativos	6	63.953	60.372
Instrumentos financeiros derivativos		63.953	60.372
Outras obrigações		118.616	83.313
Estatutárias	14	275	243
Fiscais e previdenciárias	14	4.830	3.729
Diversas	14	95.669	63.792
Provisões para riscos	15	29	29
Obrigações fiscais diferidas	14	17.813	15.520
Total do passivo		593.088	520.812
Patrimônio Líquido	18		
Capital social - De domiciliados no exterior	18a	37.381	31.539
Reservas de lucros	18b	66.051	42.980
Total do patrimônio líquido		103.432	74.519
Total do passivo e patrimônio líquido		696.520	595.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		178.467	318.929	248.349
Operações de arrendamento mercantil	7	182.472	331.232	242.242
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	(4.106)	(12.407)	5.643
Resultado com títulos de renda fixa	6	101	104	464
Despesas da intermediação financeira		(152.593)	(272.751)	(193.113)
Operações de empréstimos	13	(26.174)	(43.277)	(30.955)
Operações de arrendamento mercantil	7	(127.031)	(227.766)	(161.575)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	612	(1.708)	(583)
Resultado bruto da intermediação financeira		25.874	46.178	55.236
Outras receitas/(despesas) operacionais		(6.975)	(10.001)	(21.553)
Despesas de pessoal		(8.404)	(20.732)	(17.404)
Outras despesas administrativas	21	(3.074)	(5.598)	(7.401)
Despesas tributárias		(5.036)	(10.017)	(7.867)
Outras receitas operacionais	22	12.418	30.460	12.843
Outras despesas operacionais	23	(2.879)	(4.114)	(1.724)
Resultado operacional		18.899	36.177	33.683
Outras receitas e despesas	24	6.089	11.755	12.462
Resultado antes dos tributos e participações sobre o lucro		24.988	47.932	46.145
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	16	(9.406)	(17.790)	(7.745)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	16	(518)	(435)	(12.076)
Participações sobre o Lucro		(762)	(762)	(743)
Lucro líquido do semestre/exercício		14.302	28.945	25.581
Lucro básico e diluído por Ação em R\$		0,98	1,98	1,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre 2022	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercício	14.302	28.945	25.581
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	14.302	28.945	25.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em Reais mil

Eventos	Nota	Capital social realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		27.014	3.890	43.181	-	74.085
Aumento de capital	18a	4.525	-	(4.525)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.581	25.581
Destinação de lucros:	18b					
- Constituição de reservas de lucros		-	1.279	24.059	(25.338)	-
- Distribuição de dividendos		-	-	(13.896)	(243)	(14.139)
- Distribuição de dividendos - Exercícios anteriores	18c	-	-	(11.008)	-	(11.008)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		31.539	5.169	37.811	-	74.519
Aumento de capital	18a	5.842	-	(5.842)	-	-
Reversão de distribuição de dividendos	18c	-	-	243	-	243
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.945	28.945
Destinação de lucros:						
- Constituição de reservas de lucros	18b	-	1.447	27.223	(28.670)	-
- Distribuição de dividendos	18c	-	-	-	(275)	(275)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		37.381	6.616	59.435	-	103.432
Saldos em 30 de junho de 2022		37.381	5.901	46.123	-	89.405
Lucro líquido do semestre		-	-	-	14.302	14.302
Destinação de lucros:						
- Constituição de reservas de lucros	18b	-	715	13.312	(14.027)	-
- Distribuição de dividendos	18c	-	-	-	(275)	(275)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		37.381	6.616	59.435	-	103.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO – Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2022	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do semestre/exercício		14.302	28.945	25.581
Ajustes ao lucro líquido		42.474	88.921	81.652
Depreciações e amortizações		58.216	113.779	100.723
Insuficiência/(Superveniência) de depreciação		(4.123)	(12.091)	(10.128)
Imposto de renda e CSLL diferidos		518	435	12.076
Variação cambial/Marcação a mercado de derivativos		219	7.848	(5.257)
Variação cambial de empréstimos		(1.065)	(5.246)	6.091
Imposto de renda e CSLL correntes		9.406	17.790	7.745
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		33	249	365
Provisão para obrigações diversas		4.408	4.057	1.994
Apropriação de resultado de exercícios futuros		(8.195)	(15.735)	(14.218)
Provisão não operacional		(371)	197	(15)
Resultado na venda de bens de arrendamento mercantil		(13.895)	(21.625)	(12.326)
Provisão de juros - Conta garantida		1.262	1.394	649
Receitas com valor proporcional de contraprestação a receber		(3.327)	(3.839)	(3.491)
Baixa de débitos tributários		-	-	(3.139)
(Reversão)/Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(612)	1.708	583
Lucro líquido ajustado		56.776	117.866	107.233
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.009)	(17.835)	(15.112)
Juros pagos		(22.248)	(42.568)	(24.099)
Variação de ativos e passivos		457	47.564	30.083
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos		4.093	5.594	8.083
(Aumento)/Redução em operação de arrendamento mercantil		3.769	(83.542)	(22.704)
(Aumento)/Redução de Outros créditos		(30.993)	2.188	(82.923)
(Aumento)/Redução de Outros valores e bens		(2.055)	(3.482)	(2.083)
Aumento/(Redução) em Obrigações por empréstimos		(4.538)	79.812	96.698
Aumento/(Redução) em Outras obrigações		30.181	46.994	33.012
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.976	105.027	98.105
Fluxos de caixa das atividades de investimento:				
Alienação/(Aquisição) de Imobilizado de arrendamento		(25.684)	(101.832)	(97.376)
Aquisição de móveis e equipamentos - Operacional		(48.873)	(134.334)	(113.165)
Alienação de móveis e equipamentos - Operacional		23.189	32.502	15.789
Alienação/(Aquisição) de Imobilizado de uso		(281)	(351)	(220)
Móveis e equipamentos de uso		(281)	(351)	(220)
Aplicação do Intangível		(72)	(88)	(77)
Sistema de processamento de dados		(72)	(88)	(77)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(26.037)	(102.271)	(97.673)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Dividendos pagos		-	-	(25.096)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		-	-	(25.096)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(61)	2.756	(24.664)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	12.241	9.640	34.669
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(33)	(249)	(365)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	12.147	12.147	9.640
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(61)	2.756	(24.664)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 – Em Reais mil

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede à Alameda Rio Negro, 585 – 7º andar – Bloco A – Alphaville – Barueri/SP, controlada diretamente pela CSI Latina Financial Inc., sediada no Estados Unidos da América, e tem como controlador final a Tokyo Century Corporation, sediada no Japão. Tem por objeto social principal a prática das operações de arrendamento mercantil de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099/74. É uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, sendo equiparada às instituições financeiras e estando, portanto, sujeita às normas e aos controles do Banco Central do Brasil – BACEN enquadradas no segmento S4.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 e apresentado em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras:

- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R1) – Pronunciamento conceitual básico
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa
- Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 – Eventos subsequentes
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 – Ativo Imobilizado
- Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- Resolução BCB nº 2/20 – CPC 41 – Resultado por ação

- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo CMN.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 30 de março de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Disponibilidades

Disponibilidades são representadas por depósitos em moedas nacional e estrangeira de acordo com a Resolução CMN nº 4.720/19, que incluem: saldos em bancos, caixa e aplicações financeiras com possibilidade de resgate imediato e que não estão sujeitos a risco de mercado significativo.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “*hedge*” são avaliados ao valor de mercado, tendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado.

d) Operações de arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

- i. Operações de arrendamento mercantil financeiro - estão registradas pelo valor presente dos montantes totais a receber, atualizadas pela taxa equivalente aos encargos financeiros previstos em contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual.

- ii. Operações de arrendamento mercantil operacional - estão registradas pelo valor de aquisição dos bens, líquido das depreciações acrescido do valor das contraprestações em atraso na data do balanço.
- iii. Operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por operações de arrendamento de equipamentos de informática, comunicação e outros para pessoas jurídicas.
- iv. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. O critério de arrasto da classificação de risco de um mesmo cliente ou grupo econômico é efetuado para a carteira de arrendamento, exceto para as operações que apresentem vinculação de crédito com outra instituição financeira, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682/99. Para essas operações é considerada a posição de atraso na data base. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso e grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). O resultado das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- v. Operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução CMN nº 2.682/99, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de arrendamento que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam registradas em contas de compensação são classificadas como nível H, os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
- vi. Carteira de arrendamento mercantil - é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

1) Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

2) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais.

3) Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

4) Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuadas aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de vida útil remanescente dos bens e demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.

Os prejuízos apurados na venda de bens a terceiros (não arrendatários) são reconhecidos no resultado não operacional na rubrica Outras Receitas e Despesas.

e) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios

São registrados quando há o retorno do equipamento por ocasião do fim do contrato de arrendamento sem que o arrendatário tenha exercido a opção de compra prevista no contrato. São registrados pelo valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. Anualmente é realizado inventário físico.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

g) Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base “pro rata” dia.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, seja com a indenização da ação ou com comissão aos assessores jurídicos, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos - são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no semestre. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até junho de 2021 e de 20% para o período de julho a dezembro de 2021, retornando para 15% entre janeiro e julho de 2022, conforme Lei nº 14.183/21. A partir de agosto de 2022 a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 16%, conforme Lei nº 14.446/22.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o resultado tributável do período às taxas dos impostos em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis de ativos, passivos e resultados e os correspondentes valores reconhecidos para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pela alíquota de 40%, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e 15% para a contribuição social para 2022 e pela alíquota de 45%, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e para a contribuição social de 20% para 2021.

k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.636/18, que determinou a adoção do pronunciamento técnico CPC 05 (R1).

l) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base das demonstrações financeiras. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de arrendamento mercantil e dos passivos contingentes; e (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do Arrendamento Mercantil. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Companhia apura e divulga os resultados recorrentes e não recorrentes, se houver.

o) Outros resultados abrangentes

A Companhia divulga a ocorrência de outros resultados abrangentes, quando houver.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da Companhia está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor. A Diretoria Executiva é responsável por determinar os parâmetros de risco que julga compatível com o modelo de negócio da Companhia.

A exposição a tais riscos é sistematicamente monitorada por equipes especializadas e independentes das unidades de negócio. Os resultados de tais aferições são submetidos à apreciação da Diretoria Executiva, que desempenha suas atribuições relacionadas à formulação e adoção de diretrizes, estratégias, políticas e medidas voltadas à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos em conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis à Companhia.

A tomada de decisão na Companhia sempre leva em conta os possíveis impactos de tais decisões no tocante aos riscos controlados.

- Risco de Crédito: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração de cliente ou setor. A decisão de crédito baseia-se nas evidências sobre a capacidade de pagamento dos arrendatários e demais contrapartes avaliadas com base em metodologia própria. O comitê de crédito da casa matriz participa de todas as escolhas feitas pela Companhia, garantindo independência e isenção.
- Risco de Mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. Colaboradores especialistas, capacitados à identificação e controle dos riscos de mercado a que se expõe a Companhia incluindo risco cambial, são os responsáveis por manter a Diretoria Executiva informada para que medidas de proteção adicional possam ser tomadas quando necessário. São observados tanto os aspectos recomendados pelo órgão regulador como as próprias políticas internas da Companhia que limitam a exposição ao mínimo necessário para a condução dos seus negócios.
- Risco de Liquidez: este tipo de risco assume duas formas: (i) o risco de liquidez de mercado e (ii) risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos. O gerenciamento dos descasamentos de prazo entre a liquidação de direitos e obrigações é parte das atividades diárias de grupo de colaboradores com dedicação exclusiva ao assunto. Relatórios frequentes mantêm a Diretoria Executiva informada sobre tais descasamentos, bem como sugere medidas de contingência para os cenários de estresse.
- Risco Operacional: é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Os princípios básicos observados pela Companhia na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui ferramenta e metodologia de monitoramento dos riscos operacionais e com base em um modelo de Matriz de Riscos é possível à Diretoria Executiva identificar e corrigir falhas priorizando os aspectos de maior relevância econômica e regulatória.

O quadro abaixo apresenta os saldos de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado, Exposição a Risco Cambial e Exposição a Taxas de Juros nos fins dos exercícios já ponderados para cálculo do Índice de Basiléia:

Fator de Risco	31/12/2022	31/12/2021
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	14.744	15.310
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	8.862	7.347
Risco de Mercado ($RWA_{JUR1} + RWA_{JUR2}$)	3.674	3.409
Risco Cambial (RWA_{CAM})	2	26
Total	27.282	26.092

O Gerenciamento de Capital visa estabelecer as diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital da Companhia, e a sua manutenção em nível compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

O processo de Gerenciamento de Capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos da Companhia, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

De acordo com a política da Companhia os equivalentes de caixa são mantidos com a única finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins. Dessa forma, a Companhia mantém suas disponibilidades de caixa e investimentos exclusivamente depositadas em conta corrente com bancos no Brasil e no Exterior. A posição de caixa e equivalentes de caixa é:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	10.341	6.639
CDB	1.806	3.001
Total	12.147	9.640

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são destinados a “*hedge*” de exposição à taxa de juros e/ou variação cambial e são avaliados ao valor de mercado. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos, por indexador, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

a) Nocional

	Fator de risco	Moeda	31/12/2022	31/12/2021
NDF – US\$ x CDI	Dólar e Juros	R\$	69.451	65.817
SWAP – US\$ x CDI	Dólar e Juros	R\$	13.573	6.225
Total			83.024	72.042

b) Saldos

As posições de curto prazo são aquelas com vencimento em até 1 ano e as de longo prazo apresentam data de vencimento superiores a 1 ano e com vencimentos até 5 anos.

	Posição ativa				Posição passiva			
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
NDF	26.790	32.587	34.129	33.461	28.487	34.651	30.484	29.888
SWAP	179	194	1.305	716	392	423	-	-
Total	26.969	32.781	35.434	34.177	28.879	35.074	30.484	29.888

As operações de NDF e SWAP, representadas por contratos do tipo US\$ x CDI, são contratadas com a finalidade de “*hedge*” das operações de empréstimos e são avaliadas ao valor de mercado, sendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado. A Companhia não aplica a contabilidade de *hedge*.

c) Resultado

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
TVM	101	104	464
SWAP	(948)	(1.597)	446
NDF (a)	(3.158)	(10.810)	5.197
Total	(4.005)	(12.303)	6.107

(a) Refere-se principalmente aos resultados auferidos com 25 contratos (30 em 31 de dezembro de 2021) com o objetivo de minimizar perdas cambiais decorrentes dos contratos de captação e empréstimos fixados em dólar (US\$).

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição

Os contratos de arrendamento mercantil financeiros são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Os contratos de arrendamento mercantil operacionais são representados pelo valor de aquisição dos bens líquidos das depreciações e valor das contraprestações em atraso. A composição desses valores é apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro		Arrendamento mercantil operacional	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Operações de arrendamento mercantil no ativo - curto prazo	114.356	71.969	109.228	107.642
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - curto prazo	(112.762)	(71.722)	(105.849)	(106.696)
Operações de arrendamento mercantil no ativo - longo prazo	188.063	126.138	92.398	83.487
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - longo prazo	(188.063)	(126.138)	(92.398)	(83.487)
Valor residual garantido a realizar	29.520	31.132	-	-
Valor residual garantido a balancear	(29.520)	(31.132)	-	-
Bens arrendados - ativo permanente (a)	471.839	326.160	463.268	438.878
Depreciações acumuladas (a)	(223.145)	(161.651)	(252.465)	(229.757)
Superveniência de depreciação (b)	30.795	29.485	-	-
Perdas de arrendamento a diferir no ativo	142	638	-	-
Amortização acumulada de perdas a diferir	(44)	(421)	-	-
Valor total da carteira	281.181	194.458	214.182	210.067
Credores por antecipação de valores residuais	(16.755)	(14.231)	-	-
Valor presente do arrendamento financeiro/Contratos de arrendamento operacional registrado no balanço	264.426	180.227	214.182	210.067

(a) Não inclui o montante de R\$ 46.296 (R\$ 44.661 em 31 de dezembro de 2021), referente ao custo e R\$ 15.624 (R\$ 20.542 em 31 de dezembro de 2021) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA; e

(b) Não inclui o valor de R\$ 13.737 (R\$ 2.956 em 31 de dezembro de 2021), contabilizado como ajuste de superveniência de depreciação que corresponde ao valor de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing".

b) Segregação do valor presente da carteira por atividade econômica

	Arrendamento Financeiro		Arrendamento Operacional	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Setor privado	264.426	180.227	214.182	210.067
Serviços	148.951	92.031	89.302	111.834
Indústria	83.834	52.105	105.481	82.975
Comércio	29.623	31.718	5.426	5.029
Intermediários Financeiros	1.996	4.340	5.216	1.185
Rural	22	33	8.757	9.044
Total	264.426	180.227	214.182	210.067

c) Distribuição da carteira por faixa de vencimento

	Arrendamento Financeiro		Arrendamento Operacional	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos	766	159	1.048	336
A vencer até 90 dias	31.799	21.251	33.962	31.422
A vencer de 91 a 360 dias	83.200	53.855	66.711	67.143
A vencer acima de 360 dias	148.661	104.962	112.461	111.166
Total	264.426	180.227	214.182	210.067

d) Resultado de operações de arrendamento mercantil**I) Receitas**

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de arrendamento operacional	87.385	169.250	143.016
Rendas de arrendamento financeiro	83.733	148.520	94.008
Lucro na alienação de bens arrendados	11.354	13.462	5.218
Total	182.472	331.232	242.242

II) Despesas

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
(-) Despesa de arrendamento operacional	(57.927)	(113.329)	(100.397)
(-) Despesa de arrendamento financeiro	(67.225)	(112.319)	(59.674)
(-) Prejuízo na alienação de bens arrendados	(1.879)	(2.118)	(1.504)
Total	(127.031)	(227.766)	(161.575)

8. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é de R\$ 3.824 (R\$ 2.116 em 31 dezembro de 2021), sendo R\$ 2.047 (R\$ 1.010 em 31 dezembro de 2021) para Arrendamento Financeiro e R\$ 1.777 (R\$ 1.106 em 31 dezembro de 2021) para Arrendamento Operacional.

O risco de crédito com a carteira de arrendamento mercantil a valor presente e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de arrendamento mercantil são calculados conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, estão apresentados a seguir:

I) Arrendamento financeiro

Níveis de risco	Provisão mínima requerida	31/12/2022				31/12/2021			
		Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	32.114	32.114	-	-	16.223	16.223	-
A	0,5%	-	187.567	187.567	938	-	129.685	129.685	648
B	1%	158	36.417	36.575	366	141	33.281	33.422	335
C	3%	551	3.945	4.496	135	17	880	897	27
D	10%	18	2.453	2.471	247	-	-	-	-
E	30%	39	1.164	1.203	361	-	-	-	-
Total		766	263.660	264.426	2.047	158	180.069	180.227	1.010

II) Arrendamento operacional

Níveis de risco	Provisão mínima requerida	31/12/2022				31/12/2021			
		Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	66.622	66.622	-	-	72.525	72.525	-
A	0,5%	-	84.168	84.168	421	-	95.071	95.071	475
B	1%	13	44.582	44.595	446	205	31.961	32.166	322
C	3%	806	13.446	14.252	428	131	10.174	10.305	309
D	10%	224	4.180	4.404	440	-	-	-	-
E	30%	5	136	141	42	-	-	-	-
Total		1.048	213.134	214.182	1.777	336	209.731	210.067	1.106

III) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Arrendamento financeiro	Arrendamento operacional	Total (a)
Saldos em 31/12/2021	(1.010)	(1.106)	(2.116)
Reversões/(Constituições)	(1.459)	(861)	(2.320)
Saldos em 30/06/2022	(2.469)	(1.967)	(4.436)
Reversões/(Constituições)	422	190	612
Saldos em 31/12/2022	(2.047)	(1.777)	(3.824)

(a) Em nenhum dos períodos existem contratos renegociados.

9. OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo	3.684	3.439
Longo Prazo	155	52
Total (a)	3.839	3.491

(a) Saldo refere-se ao valor proporcional a receber dos clientes pelo uso antecipado dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas está assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação, assinado entre as partes.

b) Diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo	88.674	89.666
Devedores diversos (a)	88.590	89.581
Adiantamentos	83	84
Impostos e contribuições (b)	1	1
Longo Prazo	32	30
Devedores por Depósito em Garantia	32	30
Total	88.706	89.696

(a) Devedores Diversos referem-se substancialmente a valores a receber originados pelo encerramento de contratos junto aos clientes que exerceram a opção de compra dos bens e por valores faturados pelos fornecedores de bens que serão objeto de arrendamento; e

(b) Impostos e contribuições referem-se aos recolhimentos antecipados de IRPJ e CSLL nos períodos.

c) Ativos fiscais correntes e diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo	5.123	3.321
Crédito tributário sobre adições temporárias (a)	5.123	3.321
Longo Prazo	551	495
Crédito tributário sobre adições temporárias (a)	551	495
Total	5.674	3.816

(a) O crédito tributário sobre adições temporárias foi constituído sobre Variação Cambial, Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de "Leasing", provisões administrativas e operacionais e Marcação a Mercado de Derivativos, tendo sua movimentação detalhada na nota explicativa nº 16b.

10. OUTROS VALORES E BENS

	31/12/2022	31/12/2021
Curto prazo	4.612	2.437
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios (a)	2.459	542
Comissão de estruturação de captação	1.808	1.441
Comissão de originação	476	369
Prêmio de seguros antecipados	32	39
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (b)	(208)	(11)
Outros	45	57
Longo prazo	1.764	654
Comissão de estruturação de captação	1.177	217
Comissão de originação	587	437
Total	6.376	3.091

(a) A rubrica "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios" refere-se basicamente a valores registrados como máquinas e equipamentos retornados ao final das operações de "leasing". Os bens recebidos foram registrados pelo seu custo de aquisição líquido de depreciação. Anualmente é realizado inventário físico e apuração do valor de mercado dos bens devolvidos pelos arrendatários que serão vendidos em mercado secundário; e

(b) A legislação em vigor, em cumprimento ao estabelecido na Resolução 4.747/19, prevê a realização de Teste de "Impairment" (ou Teste de Recuperabilidade de Ativos), no mínimo, a cada exercício social. A essência do teste de recuperabilidade é evitar que um ativo esteja registrado por um valor maior que seu valor recuperável. A Companhia realizou teste detalhando a metodologia, premissas utilizadas e o resultado da avaliação dos ativos em relatório específico. Foram submetidos ao teste de recuperabilidade 100% do estoque de equipamentos retornados das operações de "leasing", contabilizados como Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios que possuíam saldo contábil residual. Foi registrada provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) no valor de R\$ 208 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021), valor que representa, na estimativa da Administração, a diferença entre expectativa de valor a receber pela venda dos equipamentos e valor contábil dos bens.

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa média de depreciação mensal	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Máquinas e equipamentos	0,83% a 1,19%	426.764	(229.184)	405.459	(220.814)
Veículos e afins	1,66% a 2,38%	50.140	(24.467)	47.078	(15.894)
Outros arrendamentos	1,66% a 2,38%	18.691	(7.857)	15.434	(7.191)
Total (a)		495.595	(261.508)	467.971	(243.899)

(a) Inclui o montante de R\$ 32.327 (R\$ 29.093 em 31 de dezembro de 2021), referente ao custo e R\$ 9.043 (R\$ 14.142 em 31 de dezembro de 2021) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA.

12. BENS DE USO PRÓPRIO E ATIVO INTANGÍVEL

	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado de uso	595	489
Intangível (a)	240	244
Total	835	733

(a) O saldo refere-se, substancialmente, ao custo de implantação de sistema integrado ERP que está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**a) Saldos**

Tipo	Moeda	31/12/2022		31/12/2021	
		Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Empréstimos no país - Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	R\$	156.274	168.864	120.480	124.713
Capital de giro no país (b)	R\$	17.664	-	63.319	-
Empréstimos no exterior - Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	US\$	34.636	33.081	36.568	32.047
Total		208.574	201.945	220.367	156.760

(a) A Companhia possui a maior parte de suas obrigações por empréstimos no país e exterior na modalidade “sem retenção substancial de risco” que foram estruturadas através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, contratadas segundo determina a Resolução CMN nº 2.921/02 a preços de mercado para a modalidade, que inclui R\$ 25.458 (R\$ 33.137 em 31 de dezembro de 2021) com partes relacionadas (vide nota 19); e

(b) O capital de giro necessário para atender a necessidades momentâneas de caixa é contratado a taxas de mercado através da modalidade Conta Garantida e Capital de Giro de curto prazo com grandes instituições no Brasil e no exterior.

b) Resultado

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Operações de empréstimos e repasses	(26.558)	(48.279)	(25.670)
Outras rendas operacionais (Variação cambial ativa)	4.362	17.840	12.957
Outras despesas operacionais (Variação cambial passiva)	(3.978)	(12.838)	(18.242)
Total	(26.174)	(43.277)	(30.955)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Estatutárias**

	31/12/2022	31/12/2021
Total do curto prazo	275	243
Dividendos mínimos obrigatórios	275	243
Total	275	243

b) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Total do curto prazo	4.523	3.013
IRPJ a pagar corrente	1.403	1.093
CSLL a pagar corrente	900	850
Impostos sobre serviços a recolher	794	229
Impostos sobre salários a recolher	525	211
COFINS a pagar corrente	381	172
CSLL Refis (a)	179	141
IRPJ Refis (a)	135	106
COFINS Refis (a)	67	52
Outros impostos a recolher	65	117
PIS a pagar corrente	62	28
PIS Refis (a)	12	9
IRRF a recolher	-	5
Total do longo prazo	307	716
CSLL Refis (a)	140	326
IRPJ Refis (a)	105	245
COFINS Refis (a)	52	122
PIS Refis (a)	10	23
Total	4.830	3.729

(a) Referem-se a impostos relativos ao REFIS, conforme detalhado na nota 16.

c) Diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Total curto prazo	78.527	46.218
Outros pagamentos (b)	46.731	28.900
Resultado de exercícios futuros (d)	17.758	7.866
Credores diversos - País (c)	8.896	4.667
Despesas de pessoal (a)	3.738	4.106
Valores a devolver a clientes	949	349
Outras despesas administrativas	455	330
Total longo prazo	17.142	17.574
Resultado de exercícios futuros (d)	16.026	16.586
Despesas de pessoal (a)	1.116	988
Total	95.669	63.792

(a) Inclui provisões de R\$ 450 (R\$ 850 em 31 de dezembro de 2021) para pagamento de comissão de vendas, R\$ 850 para pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 2.261 (R\$ 2.540 em 31 de dezembro de 2021) a serem pagos para administração a título de remuneração;

(b) Outros pagamentos referem-se substancialmente aos valores devidos aos fornecedores de bens e serviços relacionados com a aquisição de bens relativos às operações de arrendamento mercantil no valor de R\$ 46.098 (R\$ 27.750 em 31 de dezembro de 2021);

(c) Credores diversos referem-se substancialmente a recebimentos antecipados de parcelas de arrendamento mercantil; e

(d) É composto por: Cessão de recebíveis de arrendamento mercantil, no valor de R\$ 23.900 (R\$ 17.228 em 2021); recebimentos antecipados de contraprestações, no valor de R\$ 3.765 (R\$ 3.403 em 2021); descontos obtidos na aquisição de bens de arrendamento diferidos, no valor de R\$ 6.333 (R\$ 3.727 em 2021) e valor proporcional de contraprestação antecipado R\$ 215 (R\$ 94 em 2021).

d) Obrigações Fiscais Diferidas

	31/12/2022	31/12/2021
Total do curto prazo	2.058	3.360
Passivo fiscal diferido sobre ajustes temporários (a)	-	553
Passivo fiscal diferido sobre receita de superveniência (a)	2.058	2.807
Total do longo prazo	15.755	12.160
Passivo fiscal diferido sobre ajustes temporários (a)	-	368
Passivo fiscal diferido sobre receita de superveniência (a)	15.755	11.792
Total	17.813	15.520

(a) A provisão para IRPJ Diferido foi calculada aplicando-se a alíquota de 25% ao saldo de Superveniência de Depreciação em cada período e a provisão de CSLL à alíquota de 20% em 2021 e 15% em 2022, bem como IRPJ e CSLL sobre o valor dos Ajustes Temporários da Marcação a Mercado, Variação Cambial e estimativa de valor residual (opção de venda), conforme detalhado na nota 16a.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são relacionados a ações trabalhistas e de acordo com a avaliação dos advogados, são assim sumarizados:

a) Saldos

	Quantidade de ações		Valor estimado pelos advogados/Valor das causas		Provisão contábil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Provável (a)	1	1	29	29	29	29
Total geral	1	1	29	29	29	29

(a) As ações classificadas como perda provável no montante de R\$ 29 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a processos trabalhistas com depósito judicial realizado.

b) Movimentação

	Provisões para Riscos Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29
Constituição/(Reversão)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. não possuía contingências tributárias ou cíveis com probabilidade de perda “provável” em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Em agosto de 2021, a Prefeitura de Barueri procedeu a cobrança à Companhia da diferença do ISSQN relativa às parcelas do valor do bem, no caso do *leasing*, e dos tributos federais, não incluída na base de cálculo retroativa ao período de 2016 e 2017. Tal ação foi baseada na Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 189), que declarou a inconstitucionalidade da legislação de Barueri sobre a redução da base de cálculo do ISS e teve a decisão plenária do STF em 31/08/2020. Nossos assessores jurídicos fizeram uma avaliação e a Companhia tomará as medidas cabíveis, caso seja necessário.

16. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

a) Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	24.226	47.170	45.402
Alíquota Vigente	41%	41%	45%
Expectativa de despesa (crédito) de Imposto IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(9.914)	(19.092)	(20.431)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (adição)	(54)	(992)	(847)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (exclusão) baixa de obrigação fiscal diferida	-	-	1.413
Diferença de alíquota na constituição do crédito de CSLL sobre diferenças temporárias (reversão majoração)	-	1.300	(424)
Outros	44	559	468
Despesa (crédito) de IRPJ e CSLL	(9.924)	(18.225)	(19.821)

b) Movimentação dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas

	31/12/2020	Constituição	Reversão/ Realização	31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	31/12/2022
Imposto de Renda e Contribuição Social – Ativo							
Crédito Tributário - Diferenças Temporárias	2.888	928	-	3.816	1.858	-	5.674
Crédito Tributário - Prejuízo Fiscal	3.560	-	(3.560)	-	-	-	-
Total	6.448	928	(3.560)	3.816	1.858	-	5.674
Imposto de Renda e Contribuição Social – Passivo							
IR/CSLL Diferidos sobre diferenças temporárias (a)	(11.095)	-	10.174	(921)	-	921	-
Provisão para IR/CSLL sobre superveniência	(5.578)	(9.021)	-	(14.599)	(3.214)	-	(17.813)
Total	(16.673)	(9.021)	10.174	(15.520)	(3.214)	921	(17.813)
Impostos diferidos líquidos	(10.225)	(8.093)	6.614	(11.704)	(1.356)	921	(12.139)

(a) Em 2021, a Administração reavaliou os controles de apuração de variação cambial sobre operações de *hedge* no exterior. Nesse trabalho apuramos e recolhemos durante o 2º semestre de 2021 um valor de R\$ 7.009, acrescidos de encargos no montante de R\$ 1.749.

c) **Projeção de realização dos impostos diferidos**I) **Créditos tributários**

	2023	2024	2025	2026	Total
Créditos tributários de Imposto de Renda					
Diferenças temporárias	3.202	207	127	10	3.546
Total do IR diferido ativo	3.202	207	127	10	3.546
Créditos tributários de Contribuição Social					
Diferenças temporárias	1.921	125	76	6	2.128
Total da CSLL diferida ativa	1.921	125	76	6	2.128
Total dos créditos tributários	5.123	332	203	16	5.674

II) **Obrigações fiscais diferidas**

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Provisão para IR/CSLL sobre superveniência	(2.058)	(6.895)	(4.702)	(4.147)	(7)	(4)	(17.813)
Total de obrigações fiscais diferidas	(2.058)	(6.895)	(4.702)	(4.147)	(7)	(4)	(17.813)

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do total de créditos tributários foi de R\$ 3.931 (R\$ 3.029 em 2021) e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação da Companhia, projetada para os períodos correspondentes.

Os ajustes na determinação do lucro real dos valores de superveniência de depreciação de bens sobre operações de arrendamento mercantil devem ter tratamento diferenciado de forma a não produzirem efeitos no momento das verificações para constituição e manutenção do registro contábil do crédito tributário.

A probabilidade de realização do crédito tributário, portanto, deve desconsiderar o prejuízo gerado pela superveniência de depreciação, conforme parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução CMN nº 4.842/20. Ao dispensar a verificação do prazo de realização do crédito tributário originado de prejuízos fiscais ocasionados pela receita de superveniência, entende-se que tal ajuste possui condição especial somente aplicável à operação de arrendamento mercantil. Sendo assim, a projeção de realização dos créditos tributários acima exclui os resultados oriundos de Superveniência de Depreciação, contemplando somente outras receitas e despesas.

17. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS FEDERAL

Em 2009, a CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei nº 11.941/09. O programa Federal incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008. As principais teses inseridas no programa foram PIS/COFINS sobre recebimento de Juros ao Capital Próprio e CPMF em operações de clientes. A opção pelo parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários foi efetivada em novembro de 2009, com o valor total de R\$ 2.857, dividido em 180 parcelas de R\$ 15, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic. O presente acordo encontra-se em dia e até o término do exercício de 2022 foram pagas 158 parcelas, restando um saldo remanescente de R\$ 700 (R\$ 1.025 em 31 de dezembro de 2021).

a) Saldos

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	240	351
CSLL	319	467
PIS	22	33
COFINS	119	174
Total REFIS	700	1.025

b) Composição

Tributo	Principal	Juros	Amortização	Saldo devedor
IRPJ	990	642	(1.392)	240
CSLL	1.277	848	(1.806)	319
PIS	94	60	(132)	22
COFINS	503	320	(704)	119
Total	2.864	1.870	(4.034)	700

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é representado por 14.648.278 (14.648.278 em 2021) ações ordinárias escriturais sem valor nominal, apresentando a seguinte composição:

Acionista	Sede	31/12/2022			31/12/2021		
		Participação (%)	Qtde de ações	Valor da participação	Participação (%)	Qtde de ações	Valor da participação
CSI Latina Financial Inc.	EUA	100,00	14.648.277	37.381	100,00	14.648.277	31.539
Executive Personal Computer Inc.	EUA	0,00	1	-	0,00	1	-
Total		100,00	14.648.278	37.381	100,00	14.648.278	31.539

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		Valor	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	14.648.278	14.648.278	31.539	27.014
Aumento de capital com reservas (a)	-	-	5.842	4.525
Saldo Final	14.648.278	14.648.278	37.381	31.539

(a) Em 28 de junho de 2022 e 02 de junho de 2021, o BACEN aprovou os aumentos de capital deliberado pelos acionistas em assembleias realizadas em 29 de abril de 2022 e 30 de abril de 2021, respectivamente, mediante capitalização de reserva para o fortalecimento de patrimônio líquido.

c) Reservas de Lucros**I) Reserva Legal**

A reserva legal é calculada sobre o lucro líquido ao final do período no percentual de 5% conforme estatuto social, limitado à 20% do Capital Social.

II) Reservas Estatutárias

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o montante de R\$ 59.435 (R\$ 37.811 em 31 de dezembro de 2021) em reserva para fortalecimento do patrimônio.

d) Dividendos

Aos acionistas são assegurados 1% de dividendos mínimos obrigatórios ao final de cada exercício social, calculado sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com o estatuto social da Companhia.

Em assembleia realizada em 30 de abril de 2022, os acionistas decidiram pela não distribuição dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em função disso foi efetuada a reversão dos valores propostos pela Administração.

Em assembleia realizada em 30 de abril de 2021, os acionistas decidiram pela distribuição dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 11.200, incluídos o valor mínimo de R\$ 192.

Em assembleia realizada em 07 de dezembro de 2021, os acionistas decidiram pela distribuição dos dividendos intermediários, no valor de R\$ 13.896.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações da Companhia com partes relacionadas são saldos de valores a pagar a sua Matriz, empréstimos contratados de coligada nos Estados Unidos da América e valores a receber de reembolso de despesas de coligada no Brasil, os saldos estão a seguir enumerados:

Tipo	Moeda	31/12/2022		31/12/2021	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Valores a Pagar - CSI Latina Financial Inc.	US\$	93	-	147	-
Valores a Receber – CSI Remarketing	R\$	373	-	872	-
Empréstimo - Tokyo Century Corporation (a)	US\$	12.744	12.714	16.770	16.367

(a) Empréstimos denominados em moeda estrangeira captado junto à Tokyo Century Corporation, acionista da CSI Latina Financial Inc., controladora da Companhia. Tais operações geraram despesas no montante de R\$ 1.257 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.821 em 2021).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 4.728 (R\$ 4.072 em 2021), esses valores estão registrados na rubrica de Pró-Labore. Há ainda saldo de provisão de remuneração variável dos administradores de exercícios anteriores no valor de R\$ 2.261 (R\$ 2.540 em dezembro de 2021) (vide nota 14) a ser pago integralmente até fevereiro de 2025.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

20. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILEIA)

O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II (Resolução CMN nº 4.955/21).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (Resolução CMN nº 4.958/21).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente aquelas que atuam no ramo segurador.

As novas regras para a apuração dos requisitos mínimos de capital estabelecem porcentagens do montante dos ativos ponderados pelo risco e constituem requerimentos de capital a serem observados pelas instituições financeiras, conforme apresentado a seguir:

Requerimento	%
Capital principal (mínimo + adicional) (a)	7,0 a 9,5
Nível I (mínimo + adicional) (b)	8,5 a 11,0
PR (mínimo + adicional) (c)	10,5 a 13,0

(a) Capital Principal - composto por ações, quotas, reservas e lucros retidos;

(b) Nível I - composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e

(c) PR (patrimônio de referência) - composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Também foi criado o Adicional de Capital Principal, que representa o capital suplementar de conservação (fixo) e contracíclico (variável) que, ao final do período de transição, deverá ser de no mínimo 2,5% e no máximo 5% do montante dos ativos ponderados pelo risco, sendo que este percentual será estabelecido pelo BACEN conforme as condições macroeconômicas da época.

Devido ao cenário causado pela Pandemia COVID19, em 16 de março de 2020, através da Resolução CMN nº 4.783, o BACEN tornou público que o Conselho Monetário Nacional alterou o percentual a ser aplicado ao montante RWA, para fins de apuração do valor da parcela $ACP_{\text{Conservação}}$, na forma do § 4º do art. 8º da Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, esse percentual será equivalente a:

I - 1,25%, no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;

II - 1,625%, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;

III - 2,00%, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e

IV - 2,50% a partir de 1º de abril de 2022.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	103.192	74.276
Patrimônio de referência Nível I	103.192	74.276
Patrimônio líquido	103.433	74.519
Ajustes prudenciais (Resolução CMN nº 4.955/21)	(241)	(243)
Patrimônio de referência Nível II	-	-
Ativos ponderados pelo Risco		
RWA _{CPAD}	14.744	15.310
RWA _{CAM}	2	26
RWA _{JUR1} + RWA _{JUR2}	3.674	3.409
RWA _{OPAD}	8.862	7.347
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8,0%)	27.282	26.092
Adicional de Conservação de Capital Principal (2,5% sobre o RWA) (a)	8.526	6.523
Patrimônio de referência mínimo exigido total	35.808	32.615
Patrimônio de Referência excedente	67.384	41.661
Índice de Basileia	30,26%	22,77%
Saldos Utilizados para cálculo do RWA	341.025	326.150
Exposição ao risco de crédito – RWA _{CPAD}	184.295	191.369
Ativos de câmbio – RWA _{CAM}	27	328
Ativos indexados a juros pré – RWA _{JUR1}	40.576	37.209
Ativos indexados a cupom cambial – RWA _{JUR2}	5.355	5.405
Exposição ao risco operacional - RWA _{OPAD}	110.772	91.839

(a) Em 31 de dezembro de 2021, o percentual para cálculo do Adicional de Conservação de Capital Principal era de 2%.

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(472)	(917)	(1.007)
Serviço técnico especializado	(345)	(747)	(695)
Processamento de dados	(281)	(502)	(979)
Encargos de Pagamento em Atraso	(218)	(498)	(2.464)
Promoções e relações públicas	(216)	(412)	(448)
Eventos	(392)	(392)	-
Viagem ao exterior	(102)	(301)	(166)
Aluguéis	(138)	(262)	(243)
Depreciação de bens de uso próprio	(125)	(245)	(246)
Transporte	(96)	(177)	(117)
Armazenamento	(124)	(168)	(112)
Comunicação	(64)	(125)	(112)
Viagem ao País	(92)	(125)	(22)
Despesas Bancárias	(62)	(114)	(132)
Amortização do Intangível	(49)	(91)	(82)
Publicações	(5)	(21)	(71)
Outras despesas Administrativas	(293)	(501)	(505)
Total	(3.074)	(5.598)	(7.401)

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Valor proporcional de contraprestação (a)	9.499	26.297	11.367
Descontos obtidos	1.154	1.938	540
Encargos	200	406	609
Outras	1.565	1.819	327
Total	12.418	30.460	12.843

(a) Saldo refere-se ao valor recebido de bens que já estão em uso pelos clientes, relativos aos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas é assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação, assinado entre as partes.

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Comissões	(2.832)	(3.565)	(1.257)
Descontos concedidos	(46)	(550)	(429)
Outras	(1)	1	(38)
Total	(2.879)	(4.114)	(1.724)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro decorrente da venda de bens a terceiros (a)	7.532	13.697	10.530
Receitas de danos e reparos	1.297	1.669	698
Redução ao valor recuperável de ativos (b)	371	(197)	15
Outras receitas não operacionais	1	2	3.140
Outras despesas não operacionais	-	-	(3)
Prejuízo decorrente da venda de bens a terceiros (a)	(3.112)	(3.416)	(1.918)
Total	6.089	11.755	12.462

(a) Refere-se ao resultado na venda de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios, quando estes retornam da operação de arrendamento mercantil e são alienados a terceiros; e

(b) Valor referente a constituição/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos “Impairment” (vide nota 10).

25. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Conforme divulgação requerida pela Resolução BACEN nº 2/20, no exercício de 2021 a Companhia apresentou uma receita de R\$ 3.139 (R\$ 0 em 2022) referente a reversão de débitos tributários de IRPJ e CSLL, que não está prevista para ocorrer com frequência em períodos futuros.

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultado recorrente	14.302	28.945	22.442
Resultado não recorrente	-	-	3.139
Lucro líquido do semestre/exercício	14.302	28.945	25.581

26. NORMAS EMITIDAS COM VIGÊNCIA FUTURA**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021**

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

A adoção dos normativos anteriormente mencionados e dos potenciais normativos complementares relacionados ao tratamento contábil de instrumentos financeiros, incluindo a reestruturação do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, estão sendo avaliadas pelas áreas da Companhia.

A Administração da Companhia está acompanhando o processo de adoção da Resolução nº 4.966/21 e, conforme determinado pelo órgão regulador, elaborou um plano inicial mapeando as mudanças necessárias em suas políticas, sistemas e processos para a adoção do disposto na referida resolução. Os impactos nas Demonstrações Contábeis serão divulgados a partir da definição completa do arcabouço regulatório. As áreas envolvidas estão trabalhando na implementação do que foi estabelecido e trabalhará durante os exercícios de 2023 e 2024 para a efetiva implementação a partir de 1º janeiro de 2025 e estão dedicadas à identificação dos impactos da adoção dos normativos e do acompanhamento de sua implementação considerando, dentre outros aspectos, os impactos em processos e sistemas legados e revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis e no acompanhamento dos normativos complementares que serão publicados pelo CMN e/ou BCB, avaliando a necessidade de novos ajustes na implementação.

Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração.

Resolução BCB 255, de 1º de novembro de 2022

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera a Resolução BCB 92/21 que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF), esse normativo altera a codificação e hierarquia das contas e impactará nas informações a serem enviadas ao BACEN. A administração fará o acompanhamento dos normativos que regularão tais procedimentos e avaliará a necessidade de adaptação dos sistemas internos e rotinas de registro, controle e envio de dados.

Cesar Ignacio Zarate Moreno
Diretor

Paulo Eduardo Zamarian
Diretor

Alan Leite Ribeiro
Contador - CRC 1SP 222865/O